



PREFEITURA MUNICIPAL DE OUROLÂNDIA

CNPJ: 16.444.150/0001-24

Avenida José Ferreira da Silva, s/n, Centro.

CEP: 44.718-000 - Ourorândia - Bahia.

Tel.: (0**74) 36812250

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a empresa **BIA TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº **20.735.983/0001-11**, estabelecida na rua Senhor do Bonfim, 36 Centro Conceição do Jacuípe - Bahia, CEP: 44.245-000. Registrada no CRA-BA-04428, encontra-se prestando os **SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES COM MOTORISTA**, para atender as demandas das diversas Secretarias deste município de OUROLÂNDIA – BAHIA. Conforme processo administrativo, 017/2020, PP011/2020 contrato 042/2020 e primeiro Aditivo ao contrato 042/2020, conforme planilha de serviços, Sendo gerenciado pelos administradores abaixo relacionados e nada consta em nossos arquivos que desabone a conduta da empresa.

Vigência do contrato: 27 de fevereiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020

Vigência - Primeiro Termo Aditivo ao contrato 042/2020.de 04/01/2021 a 04/04/2021.

Valor mensal estimado do Contrato: R\$ 105.300,00 (CENTO E CINCO MIL E TREZENTOS REAIS)

Responsáveis Técnico – Administrador

Walasy Passos Moreira – CRA-BA-31.255

Nelson Santana Neto – CRA-BA- 19.926

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	VEICULO TIPO POPULAR COM CAPACIDADE PARA CINCO PESSOAS, QUATRO PORTAS, COM AR-CONDICIONADO, MOTOR IGUAL OU SUPERIOR 1.0, COMBUSTÍVEL GASOLINA/ETANOL, COM ANO DE FABRICAÇÃO MINIMA 2010, QUILOMETRAGEM LIVRE, COMBUSTÍVEL POR CONTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OUROLÂNDIA – BAHIA	UND	04	5.650,00	22.600,00
02	VEICULO TIPO VAN, COM MOTOR IGUAL OU SUPERIOR A 1.6, CAPACIDADE MINIMA PARA 15 PESSOAS, COM AR-CONDICIONADO, COMBUSTÍVEL DIESEL, COM ANO DE FABRICAÇÃO MINIMA 2010, COMBUSTÍVEL POR CONTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OUROLÂNDIA – BAHIA.	UND	01	8.700,00	8.700,00
03	VEICULOS TIPO VAN OU SIMILAR CAPACIDADE PARA 07 PESSOAS, COM AR-CONDICIONADO, MOTOR IGUAL OU SUPERIOR A 1.4, COMBUSTÍVEL GASOLINA/ETANOL, COM ANO DE FABRICAÇÃO MINIMA 2010, COMBUSTÍVEL POR CONTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OUROLÂNDIA-BAHIA.	UND	01	6.800,00	6.800,00
04	VEICULO TIPO VAN OU SIMILAR, COM 03 PORTAS SENDO UMA CORREDIÇA, COMBUSTÍVEL ÁLCOOL/ETANOL/ DIESEL, MOTOR IGUAL OU SUPERIOR A 1.4, CAPACIDADE PARA 09 PESSOAS, COM ANO DE FABRICAÇÃO MINIMA 2010, COMBUSTÍVEL POR CONTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OUROLÂNDIA.	UND	01	6.800,00	6.800,00
05	VEICULO TIPO MICRO-ÔNIBUS, COMBUSTÍVEL DIESEL, COM CAPACIDADE MINIMA PARA 27 PASSAGEIROS, EQUIPADO COM BANCOS RECLINÁVEIS, AR-CONDICIONADO E BAGAGEIRO, EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO, COM ANO DE FABRICAÇÃO MINIMA 2010, DEVIDAMENTE LIMPO, EQUIPADO COM TODOS OS ITENS DE SEGURANÇA EXIGIDOS PELA LEGISLAÇÃO	UND	01	12.900,00	12.900,00





PREFEITURA MUNICIPAL DE OUROLÂNDIA

CNPJ: 16.444.150/0001-24

Avenida José Ferreira da Silva, s/n, Centro,

CEP: 44.718-000 - Ourorândia - Bahia.

Tel.: (0**74) 36812250

	VIGENTE, COMBUSTÍVEL POR CONTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OUROLÂNDIA.				
06	VEICULO TIPO POPULAR, COM CAPACIDADE PARA CINCO PESSOAS, QUATRO PORTAS, COM AR-CONDICIONADO, MOTOR IGUAL OU SUPERIOR A 1.0, COMBUSTÍVEL GASOLINA/ETANOL, QUILOMETRAGEM ESTIMADA EM 3.000KM/MÊS COM ANO DE FABRICAÇÃO MINIMA 2010, COMBUSTÍVEL POR CONTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OUROLÂNDIA.	UND	01	5.650,00	5.650,00
07	CAMINHÃO 3/4 CARGA SECA, MOTOR DIESEL, COM ANO DE FABRICAÇÃO MINIMA 2010 E CAPACIDADE MINIMA DE 5.000 KG, CARROCERIA DE MADEIRA ABERTA, QUILOMETRAGEM ESTIMADA EM 2.000KM/MÊS, COMBUSTÍVEL POR CONTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OUROLÂNDIA - BAHIA.	UND	01	7.900,00	7.900,00
08	VEICULO TIPO POPULAR, COM CAPACIDADE PARA CINCO PESSOAS, QUATRO PORTAS, COM AR-CONDICIONADO, MOTOR IGUAL OU SUPERIOR A 1.0, COMBUSTÍVEL GASOLINA/ETANOL, QUILOMETRAGEM LIVRE, COM ANO DE FABRICAÇÃO MINIMA 2010, COMBUSTÍVEL POR CONTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OUROLÂNDIA.	UND	03	5.650,00	5.650,00
09	CAÇAMBA 4X2, MOTOR DIESEL, 6 CILINDROS, COM ANO DE FABRICAÇÃO MINIMA 2010, COM CAPACIDADE A PARTIR DE 7 TONELADAS, CAPACIDADE DO BASCULANTE A PARTIR DE 5MP, COM QUILOMETRAGEM LIVRE, COMBUSTÍVEL POR CONTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OUROLÂNDIA - BAHIA.	UND	01	9.100,00	9.100,00
10	CAMINHÃO 3/4 CARGA SECA, MOTOR DIESEL, COM ANO DE FABRICAÇÃO MINIMA 2010, CAPACIDADE MINIMA DE 5.000 KG, CARROCERIA DE MADEIRA ABERTA, QUILOMETRAGEM LIVRE, COMBUSTÍVEL POR CONTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OUROLÂNDIA - BAHIA.	UND	01	7.900,00	7.900,00
VALOR MENSALESTIMADO R\$ 105.300,00 (CENTO E CINCO MIL E TREZENTOS REAIS)					

Registramos ainda que a prestação dos serviços acima, tem apresentado bom desempenho operacional, tendo a empresa executado os serviços com eficiência e nada consta nos arquivos que desabone sua conduta técnica e operacional.



Ourorândia - Bahia, 30 de dezembro 2020.

JOÃO DANTAS DE CARVALHO
PREFEITO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE OUROLÂNDIA



Cartório RCNP com Funções
Notariais - Ourorândia - BA

Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.not.br/documento/122951802215394287945>



CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 122951802215394287945-2
Data: 18/02/2021 19:26:51
Valor Total do Ato: R\$ 4,66
Selo Digital Tipo Normal C: ALE48844-EIMI;



Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
<https://azevedobastos.not.br>

Valber Azevêdo de M. Cavalcanti
Titular

TJPB



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por LADY DIANA REGIS DE OLIVEIRA, em quinta-feira, 18 de fevereiro de 2021 19:28:33 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimto nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>.

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa IAN TRANSPORTES E SERVICOS LTDA tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa IAN TRANSPORTES E SERVICOS LTDA a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Nesse sentido, declaro que a IAN TRANSPORTES E SERVICOS LTDA assumiu, nos termos do artigo 8º, §1º, do Decreto nº 10.278/2020, que regulamentou o artigo 3º, inciso X, da Lei Federal nº 13.874/2019 e o artigo 2º-A da Lei Federal 12.682/2012, a responsabilidade pelo processo de digitalização dos documentos físicos, garantindo perante este Cartório e terceiros, a sua autoria e integridade.

De acordo com o disposto no artigo 2º-A, §7º, da Lei Federal nº 12.682/2012, o documento em anexo, identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida sequência, poderá ser reproduzido em papel ou em qualquer outro meio físico.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **07/04/2021 09:38:00 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevedo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevedo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa IAN TRANSPORTES E SERVICOS LTDA ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o Código de Autenticação Digital

Esta Declaração é válida por **tempo indeterminado** e está disponível para consulta em nosso site.

¹**Código de Autenticação Digital:** 122951802215394287945-1 a 122951802215394287945-2

²**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013, Provimento CGJ Nº 003/2014 e Provimento CNJ Nº 100/2020.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b46a3079332ecf9ce43b925b3dc0dcf68952972ecbfff679f433847e18574084443a795d25f046388085de1230caf45eb5f1e03cc77d4bbd6bc2cf358dbcb7ed00



Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.





PREFEITURA MUNICIPAL DE OUROLÂNDIA

000209

CNPJ: 16.444.150/0001-24

Avenida José Ferreira da Silva, s/n, Centro,

CEP: 44.718-000 - Ourorândia - Bahia.

Tel.: (0**74) 36812250

CONTRATO Nº 42/2020

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE OUROLÂNDIA - BAHIA, O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E, DO OUTRO A EMPRESA BIA TRANSPORTES E LIMPEZA EIRELI.

O MUNICÍPIO DE OUROLÂNDIA - BAHIA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 16.444.150/0001-24, com sede na Avenida José Ferreira da Silva, s/nº, Centro, CEP: 44.718.000, Ourorândia - Bahia, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JOÃO DANTAS DE CARVALHO, portador da cédula de identidade nº 00690936-10, inscrito no CPF sob o nº 016.904.185-91, residente e domiciliado na Rua Nova Esperança, nº 18, Centro, Ourorândia - Bahia, ÓRGÃO GERENCIADOR, Secretária Municipal de Planejamento, Administração e Finanças, CNPJ: 16.444.150/0001-24, neste ato representado pela Secretária Municipal a Sra. Dulcinea P. de Oliveira Silva, inscrita no CPF sob o nº 686.615.925-34, O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ: 22.796.633/0001-90, situado na Rua sete de Setembro, s/n, Centro, neste ato representado pela gestora municipal Sra. Amanda Cardozo de Souza, inscrita no CPF: 095.635.384-39, O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ: 10.469.110/0001-50, situado na Avenida José Ferreira da Silva, s/n, Centro, neste ato representado pela gestora municipal a Sra. Joiceleia Rebouças da Silva Melo, inscrita no CPF: 023.562.214-117, ambos denominados CONTRATANTES e a empresa BIA TRANSPORTES E LIMPEZA EIRELI, inscrita no CNPJ sob nº 20.735.983/0001-11, situada à Rua da Esperança II, 04 - Centro, CEP: 44.750-000 Caldeirão Grande - Bahia, neste ato representada por Nubia da Silva Pereira, inscrita no CPF: 78.529.648-50, doravante denominada CONTRATADA, celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços, tendo seu respectivo fundamento e finalidade na consecução do objeto contratado, descrito abaixo, constante no Processo Administrativo nº 017/2020, regendo-se pela Lei Federal nº 10.520/2002, e subsidiariamente as normas contidas na Lei Federal nº 8.666/1993, as quais as partes se sujeitam a cumprir, sob os termos e condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E CONDIÇÕES DOS SERVIÇOS

1.1. Constitui objeto do presente contrato a contratação de empresa especializada para locação de veículos automotores, para atender as demandas das diversas secretarias municipais, tendo em vista que a Prefeitura não possui frota própria satisfatória de veículos para a concretização dos serviços, a qual fora declarada vencedora, após adjudicação e homologação pela autoridade competente no Pregão Presencial nº 011/2020, conforme discriminação abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	VEICULO TIPO POPULAR COM CAPACIDADE PARA CINCO PESSOAS, QUATRO PORTAS, COM AR-CONDICIONADO, MOTOR IGUAL OU SUPERIOR 1.0, COMBUSTÍVEL GASOLINA/ETANOL, COM ANO DE FABRICAÇÃO MINIMA 2010, QUILOMETRAGEM LIVRE, COMBUSTÍVEL POR CONTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OUROLÂNDIA - BAHIA	UND	04	5.650,00	22.600,00
02	VEICULO TIPO VAN, COM MOTOR IGUAL OU SUPERIOR A 1.6, CAPACIDADE MINIMA PARA 15 PESSOAS, COM AR-CONDICIONADO, COMBUSTÍVEL DIESEL, COM ANO DE FABRICAÇÃO MINIMA 2010, COMBUSTÍVEL POR CONTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OUROLÂNDIA - BAHIA	UND	01	8.700,00	8.700,00
03	VEICULOS TIPO VAN OU SIMILAR CAPACIDADE PARA 07 PESSOAS, COM AR-CONDICIONADO, MOTOR IGUAL OU SUPERIOR A 1.4, COMBUSTÍVEL GASOLINA/ETANOL, COM ANO DE FABRICAÇÃO MINIMA 2010, COMBUSTÍVEL POR CONTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OUROLÂNDIA-BAHIA	UND	01	6.800,00	6.800,00
04	VEICULO TIPO VAN OU SIMILAR, COM 03 PORTAS SENDO UMA CORREDIÇA, COMBUSTÍVEL ALCOOL/ETANOL/ DIESEL, MOTOR IGUAL OU SUPERIOR A 1.4, CAPACIDADE PARA 09 PESSOAS, COM ANO DE FABRICAÇÃO MINIMA 2010, COMBUSTÍVEL POR CONTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OUROLÂNDIA	UND	01	6.800,00	6.800,00
05	VEICULO TIPO MICRO-ÔNIBUS, COMBUSTÍVEL DIESEL, COM CAPACIDADE MINIMA PARA 27 PASSAGEIROS, EQUIPADO COM BANCOS RECLINÁVEIS, AR-CONDICIONADO E BAGAGEIRO, EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO, COM ANO DE FABRICAÇÃO MINIMA 2010, DEVOAMENTE LIMPO, EQUIPADO COM TODOS OS ITENS DE SEGURANÇA EXIGIDOS PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE, COMBUSTÍVEL POR CONTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OUROLÂNDIA	UND	01	12.900,00	12.900,00
06	VEICULO TIPO POPULAR, COM CAPACIDADE PARA CINCO PESSOAS, QUATRO PORTAS, COM AR-CONDICIONADO, MOTOR IGUAL OU SUPERIOR A 1.0, COMBUSTÍVEL GASOLINA/ETANOL, QUILOMETRAGEM ESTIMADA EM 3.000KM/MÊS COM ANO DE FABRICAÇÃO MINIMA 2010, COMBUSTÍVEL POR CONTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OUROLÂNDIA	UND	01	5.650,00	5.650,00
07	CAMINHÃO 3/4 CARGA SECA, MOTOR DIESEL, COM ANO DE FABRICAÇÃO MINIMA 2010 E CAPACIDADE MINIMA DE 5.000 KG, CARROCERIA DE MADEIRA ABERTA, QUILOMETRAGEM ESTIMADA EM 2.000KM/MÊS, COMBUSTÍVEL POR CONTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OUROLÂNDIA - BAHIA	UND	01	7.900,00	7.900,00





PREFEITURA MUNICIPAL DE OUROLÂNDIA

CNPJ: 16.444.150/0001-24

Avenida José Ferreira da Silva, s/n, Centro,

CEP: 44.718-000 - Ourolândia - Bahia.

Tel.: (0**74) 36812250

08	VEICULO TIPO POPULAR, COM CAPACIDADE PARA CINCO PESSOAS, QUATRO PORTAS, COM AR-CONDICIONADO, MOTOR IGUAL OU SUPERIOR A 1.0, COMBUSTÍVEL GASOLINA/ETANOL, QUILOMETRAGEM LIVRE, COM ANO DE FABRICAÇÃO MINIMA 2010, COMBUSTÍVEL POR CONTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OUROLÂNDIA.	UND	03	5.650,00	16.950,00
09	CAÇAMBA 4X2, MOTOR DIESEL, 6 CILINDROS, COM ANO DE FABRICAÇÃO MINIMA 2010, COM CAPACIDADE A PARTIR DE 7 TONELADAS, CAPACIDADE DO BASCULANTE A PARTIR DE 5M³, COM QUILOMETRAGEM LIVRE, COMBUSTÍVEL POR CONTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OUROLÂNDIA - BAHIA.	UND	01	9.100,00	9.100,00
10	CAMINHÃO 3/4 CARGA SECA, MOTOR DIESEL, COM ANO DE FABRICAÇÃO MINIMA 2010, CAPACIDADE MINIMA DE 5.000 KG, CARROCERIA DE MADEIRA ABERTA, QUILOMETRAGEM LIVRE, COMBUSTÍVEL POR CONTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OUROLÂNDIA - BAHIA.	UND	01	7.900,00	7.900,00
VALOR TOTAL ESTIMADO MENSAL É DE R\$ 105.300,00 (CENTO E CINCO MIL E TREZENTOS REAIS)					
PERFAZENDO O VALOR GLOBAL ESTIMADO DE R\$ 1.053.000,00 (UM MILHÃO E CINQUENTA E TRÊS MIL REAIS)					

1.2. A licitante obriga-se a aceitar, quando solicitado pela Administração, nas mesmas condições e dentro do prazo contratual estabelecido, os acréscimos ou supressões que se fizer nas compras de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e as supressões resultantes de acordo celebrados entre as partes, na forma dos §§ 1.º e 2.º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/1993.

1.3. A forma de serviços será parcelada após emissão da ordem de serviços. O pagamento ocorrerá depois de verificada a conformidade com os serviços prestados.

1.4. Por ocasião dos serviços, caso seja detectado que os mesmos não atendem às especificações técnicas do objeto licitado, poderá a Administração rejeitá-lo, integralmente ou em parte, obrigando-se a CONTRATADA a providenciar a sua regularização.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

2.1. A CONTRATADA se obriga a:

- Executar o(s) serviço(s), de acordo com o especificado neste Termo de Referência;
- Confiar a execução do(s) serviço(s) a profissional(is) idôneo(s) e habilitado(s);
- Fornecer os veículos, combustíveis e peças de manutenção, necessários à prestação de todos os serviços, conforme definido em edital;
- Manter os veículos e as instalações em perfeitas condições de funcionamento, segurança e higiene;
- Cumprir e fazer com que o seu pessoal cumpra os procedimentos contidos no Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/97);
- Responder pela supervisão, direção técnica e administrativa e mão-de-obra necessárias à prestação dos serviços contratados, como única e exclusiva empregadora.
- Não transferir a terceiros, em todo ou em parte, o contrato objeto da prestação do(s) serviço(s), devendo os participantes serem as empresas que elaboram e desenvolvem o software e não apenas os representantes comerciais, para que, as customizações dos mesmos não sejam transferidas para terceiros.
- Arcar com as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscal, comercial e outras resultantes da execução deste contrato;
- Fiel cumprimento das obrigações ora assumidas;
- Responsabilizar-se pelos prejuízos e/ou danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, na execução deste Contrato;
- Manter-se durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por si assumidas e com todas as condições de qualificação exigidas pela Administração Pública Municipal;
- Não utilizar-se deste contrato como garantia para qualquer operação financeira, a exemplo de empréstimos;
- Assumir todo e qualquer prejuízo decorrente da não execução dos serviços, a que der causa;
- Atender às solicitações extras da CONTRATANTE face à ocorrência de fatos excepcionais e/ou justificáveis, a critério dela;



CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 122952607211836124392-2
Data: 26/07/2021 08:31:51
Valor Total do Ato: R\$ 4,66
Selo Digital Tipo Normal C: ALV15001-LKQ3;



Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
<https://azevedobastos.not.br>

Valber Azevêdo de M. Cavalcanti
Titular

TJPB





PREFEITURA MUNICIPAL DE OUROLÂNDIA 000211

CNPJ: 16.444.150/0001-24

Avenida José Ferreira da Silva, s/n, Centro,

CEP: 44.718-000 - Ourolândia - Bahia.

Tel.: (0**74) 36812250

- Prestar os serviços itens objeto desta aquisição, no local e tempo requeridos, mediante requisições do preposto autorizado;
- Assegurar a boa qualidade dos serviços;
- Assumir inteira responsabilidade Civil e Administrativa por danos e prejuízos causados por descumprimento, omissões ou desvios na qualidade técnica do objeto desta aquisição;
- Não transferir ou ceder ou caucionar ou utilizar o contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem o prévio consentimento da CONTRATANTE;
- Realizar os serviços desenvolvidos de forma regular, planejada e programada, nos moldes da ordem de serviços expedida pela Prefeitura Municipal.
- A proposta também deverá contemplar os encargos sociais, obrigações trabalhistas, fiscais, tributárias, impostos, frete e demais despesas diretas e indiretas inerentes à boa execução dos serviços aqui propostos.
- Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, em conformidade com as especificações técnicas, nos termos da legislação vigente;
- Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do futuro contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;
- Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo dessa responsabilidade, o responsável pela fiscalização do Contratante em seu acompanhamento;
- Designar preposto para representar a Contratada na execução do contrato;
- Prestar os esclarecimentos desejados, bem como comunicar imediatamente ao Contratante quaisquer fatos ou anormalidades que por ventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final dos serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. O CONTRATANTE se obriga a:

- Designar prepostos para fiscalizar, apontar falhas e atestar o recebimento do objeto;
- Efetuar nos prazos indicados, os pagamentos devidos à contratada;
- Verificar e aceitar as faturas emitidas pela contratada, recusando-as quando inexatas e incorretas, ficando, nestes casos, o prazo suspenso, que somente voltará a fluir após a apresentação das novas faturas corretas;
- Notificar por escrito, à contratada, quando da aplicação de multas previstas neste contrato;
- Declarar os itens efetivamente fornecidos;
- Indicar, formalmente, o gestor e o fiscal do futuro contrato para acompanhamento do mesmo;
- Exercer a fiscalização dos fornecimentos através de servidor(es) especialmente designado(s), verificando se no desenvolvimento dos trabalhos estão sendo cumpridos os fornecimentos e especificações previstos no Termo de Referência de forma satisfatória, e documentando as ocorrências;
- Comunicar a falta de cumprimento das obrigações ao encarregado da Contratada e, se necessário, ao supervisor da área, para que as falhas possam ser corrigidas a tempo;
- Prestar à Contratada e a seus representantes e funcionários todas as informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados;

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR E OUTRAS CONDIÇÕES

4.1. O valor global estimado do presente contrato será de **R\$ 1.053.000,00 (um milhão e cinquenta e três mil reais)**, constante da proposta integrante da licitação **Pregão Presencial nº 011/2020**, aceito pela CONTRATANTE, entendido este como preço justo e suficiente para a total prestação dos fornecimentos, objeto deste instrumento.

4.2. O valor total deste contrato será pago pelo CONTRATANTE a CONTRATADA conforme ordem de fornecimentos e de acordo a necessidade, através de crédito em conta corrente ou cheque nominal, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da apresentação da Nota Fiscal/Fatura e depois de atestada pelo Contratante o recebimento definitivo do objeto





PREFEITURA MUNICIPAL DE OUROLÂNDIA 00212

CNPJ: 16.444.150/0001-24

Avenida José Ferreira da Silva, s/n, Centro,

CEP: 44.718-000 - Ourolândia - Bahia.

Tel.: (0**74) 36812250

licitado. Em todas as situações de pagamento, o mesmo será efetuado com a apresentação das certidões negativas de débito a seguir: FGTS, CND Municipal, CND Estadual, CND Trabalhista, e CND Conjunta.

4.3. Pelos serviços prestados objeto desse contrato, esclarece que o valor mensal será dividido em 60% (sessenta por cento) com despesas com pessoal e 40% (quarenta por cento) com despesa de insumos, no intuito de não ser contabilizado todo o valor dentro do limite estipulado no art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

4.4. Nos preços acordados já estão inclusos todos os custos e despesas decorrentes de transportes, seguros, impostos, taxas de qualquer natureza e outros quaisquer que, direta ou indiretamente, impliquem ou venham a implicar no fiel cumprimento deste instrumento.

4.5. As notas fiscais serão recebidas da seguinte forma: provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade com os fornecimentos e com as especificações constantes na proposta da empresa, referente às especificações técnicas, e, definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade, no prazo máximo de 15 dias contados do recebimento provisório.

4.6. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que as notas fiscais foram emitidas em desacordo com o especificado e com a proposta, com defeito ou incompleto, após a notificação por escrito, a empresa deverá corrigi-las sob pena de sofrer as sanções cabíveis.

4.7. No caso das notas fiscais em desconformidade com o especificado, será determinado um prazo pela fiscalização para a empresa a substitua, que iniciará a partir da data do termo de Recusa das notas fiscais.

4.8. Quando houver erro de qualquer natureza, na emissão da Nota Fiscal/Fatura, o documento será parceladamente devolvido para substituição e/ou emissão de Nota de Correção, ficando estabelecido que esse intervalo de tempo não seja considerado para efeito de qualquer reajuste ou atualização do valor contratual.

4.9. Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou descumprimento das condições pactuadas, no todo ou em parte, a tramitação da Nota Fiscal/Fatura será suspensa para que a contratada tome as providências necessárias à sua correção. Passará a ser considerada, para efeito de pagamento, a data de reapresentação do documento em questão, corrigido e atestado.

4.10. Em havendo alguma pendência impeditiva do pagamento, será considerada data da apresentação da fatura aquela na qual ocorreu a regularização da pendência por parte da CONTRATADA.

4.11. O pagamento não isenta a CONTRATADA da responsabilidade de correção dos erros e imperfeições porventura apresentados após a liberação.

CLÁUSULA QUINTA - DA ALTERAÇÃO E DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

5.1. O termo contratual poderá durante o seu prazo de fornecimento, caso ocorra uma das situações previstas no art. 65 da Lei Federal nº 8.666/1993, e em seus incisos e parágrafos, ser alterado, mediante justificativa e autorização da autoridade competente, através de termo de aditamento, cujo extrato deverá, para ter eficácia, ser publicado em órgão de imprensa oficial.

5.2. Os reajustamentos de preços do objeto contratado, quando e se for os casos, serão efetuados e calculados de acordo com as disposições específicas vigentes, editadas pelo Governo Federal.

5.3. Ocorrendo reajustamento de preços, autorizado pela Administração, os mesmos serão reajustados pela variação do percentual resultante da diferença do preço fixado para o dia de apresentação da proposta e o dia da entrada em vigor do novo preço, aplicando-se sobre o preço proposto.

5.4. A CONTRATADA deverá apresentar documento oficial comprovando o reajuste, acompanhado de requerimento. A eventual autorização do reajuste de preço será concedida após a análise técnica e jurídica do CONTRATANTE, porém somente contemplará os fornecimentos realizados a partir da data do protocolo do pedido do CONTRATANTE.

5.5. Enquanto eventuais solicitações de reajuste de preços estiverem sendo analisadas, a CONTRATADA não poderá suspender os fornecimentos, devendo os pagamentos ser realizados ao preço vigente.

5.6. A CONTRATANTE deverá, quando autorizado o reajuste do preço, lavrar Termo Aditivo com os preços reajustados e emitir Nota de Empenho complementar, inclusive para cobertura das diferenças devidas, sem juros e correção monetária, em relação aos fornecimentos, obras ou fornecimentos realizados após o protocolo do pedido de reajuste.

CLÁUSULA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO E VINCULAÇÃO

6.1. O presente Contrato será publicado no Mural das Dependências Públicas Municipais no prazo máximo de vinte (20) dias corridos, contados da data de sua assinatura conforme art. 61 da Lei Federal nº 8.666/1993 e em Diário Oficial do Município até o quinto dia útil do mês subsequente, atendendo a Lei de acesso à informação Lei nº 12.527/2011.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA CESSÃO, TRANSFERÊNCIA OU SUBCONTRATAÇÃO



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 122952607211836124392-4
Data: 26/07/2021 08:31:51
Valor Total do Ato: R\$ 4,66
Selo Digital Tipo Normal C: ALV15003-E2NV;



CNPJ: 06.870-0

Cartório Azevêdo Bastos

Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
<https://azevedobastos.not.br>

Valber Azevêdo de M. Cavalcanti
Titular

TJPB



**PREFEITURA MUNICIPAL DE OURORÂNDIA****CNPJ: 16.444.150/0001-24**

Avenida José Ferreira da Silva, s/n, Centro,

CEP: 44.718-000 - Ourorândia - Bahia.

Tel.: (0**74) 36812250

000213

7.1. O presente contrato não poderá ser objeto de cessão, transferência ou subcontratação, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização do CONTRATANTE sob pena de caducidade.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

8.1. A vigência deste Contrato será pelo prazo de até 31 de dezembro de 2020, a partir da data de assinatura.

CLÁUSULA NONA - ALOCAÇÃO DE RECURSOS

9.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

UNIDADE GESTORA	PROJETO ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE
09.02.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	2092 - DES. E MANUT. DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	33.90.39 - OUTROS SERV. TERCEIROS - P. JURÍDICA	00 - RECURSOS ORDINÁRIOS 28 - FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FEAS 29 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNAS - FNAS
09.01.00 - SECRETARIA MUN. DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	2090 - MAN. DAS AÇÕES ADMINISTRATIVAS DA SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	33.90.39 - OUTROS SERV. TERCEIROS - P. JURÍDICA	00 - RECURSOS ORDINÁRIOS
03.01.00 - SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO, ADM. E FINANÇAS	2003 - MAN. DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE PLAN. ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	33.90.39 - OUTROS SERV. TERCEIROS - P. JURÍDICA	00 - RECURSOS ORDINÁRIOS
08.01.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	2070 - MAN. DAS AÇÕES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA MUN. DE SAÚDE	33.90.39 - OUTROS SERV. TERCEIROS - P. JURÍDICA	02 - REC. DE IMP. E TRANSF. DE IMPOSTOS - SAÚDE 15%
08.02.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2071 - PROMOÇÃO DAS AÇÕES BÁSICAS DE SAÚDE 2075 - PROMOÇÕES DAS AÇÕES DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	33.90.39 - OUTROS SERV. TERCEIROS - P. JURÍDICA	02 - REC. DE IMP. E TRANSF. DE IMPOSTOS - SAÚDE 15% 14 - TRANSF. DE REC. DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

10.1. A inexecução, total ou parcial, deste contrato ensejará a sua rescisão, com as consequências contratuais previstas na Lei Federal nº. 10.520/2002 e subsidiária no que couber pela Lei Federal nº 8.666/1993.

10.2. O Contratante poderá rescindir administrativamente o respectivo Contrato, nas hipóteses previstas nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/1993.

10.3. Nas hipóteses de rescisão com base nos incisos I a XI do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/1993, não cabe ao Contratado direito a qualquer indenização.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES E PENALIDADES

11.1. A licitante ficará impedida de licitar e de contratar com a administração municipal pelo prazo de 05 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa e contraditório, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, quando:

- Não celebrar o contrato;
- Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- Não mantiver a proposta;
- Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- Comportar-se de modo inidôneo;
- Cometer fraude fiscal.

11.2. Além desta penalidade a Administração poderá aplicar multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da sua proposta dada como lance, em caso de recusa do adjudicatário em assinar o contrato dentro dos 05 (cinco) dias úteis contados da data de sua convocação.





PREFEITURA MUNICIPAL DE OUROLÂNDIA 00214

CNPJ: 16.444.150/0001-24

Avenida José Ferreira da Silva, s/n, Centro,

CEP: 44.718-000 - Ourorândia - Bahia.

Tel.: (0**74) 36812250

11.3. O contratado sujeitar-se-á, no caso de inadimplemento de suas obrigações, às seguintes sanções, graduadas conforme a gravidade da infração, sem prejuízo de sanções civis e criminais, se for o caso, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/1993.

11.4. Advertência dar-se-á, a critério da Administração, no caso de infrações leves.

11.5. Multas de até:

- Por atraso na realização dos fornecimentos fica o contratado sujeito a multa diária de 0,5%, sobre o total dos fornecimentos. A multa será aplicada a partir do primeiro dia após o prazo estabelecido para execução do objeto.
- Caso os fornecimentos objeto da licitação, não tenham sido realizados até 10 (dez) dias do prazo estipulado para entrega, poderá a Administração rescindir o Contrato, sem prejuízo da cobrança de multa e demais cominações previstas na Lei Federal nº 8.666/1993.

11.6. Com fundamento no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das demais cominações legais, a Licitante que:

- Negar-se a receber ou não retirar a Nota de Empenho.
- Não assinar o Contrato, quando convocado no prazo de validade de sua proposta.
- Deixar de entregar a documentação exigida no edital.
- Apresentar documentação falsa.
- Ensejar o retardamento do fornecimento do objeto deste Pregão.
- Falhar ou fraudar na execução do contrato.
- Não manter a proposta.
- Comportar-se de modo inidôneo.
- Fizer declaração falsa.
- Cometer fraude fiscal.

11.7. Além da sanção prevista no item anterior, a Administração poderá aplicar ao fornecedor as seguintes penalidades, pelo atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do contrato:

- Advertência.
- Multa de 0,5 (zero vírgula cinco por cento) ao dia, aplicada sobre o valor dos itens faltantes, no caso de atraso na entrega.
- Multa de 10% (dez por cento), aplicada sobre o valor da Ordem de Fornecimentos e aquisições, no caso de recusa injustificada em retirar a Nota de Empenho.
- Multa de 10% (dez por cento), aplicada sobre o valor da Ordem de Fornecimentos e aquisições, no caso de inexecução total ou rescisão por culpa do licitante.
- Multa de 0,5 (zero vírgula cinco por cento), ao dia, aplicada sobre o valor da Ordem de Fornecimento, por descumprimento de outras obrigações previstas neste Termo de Referência.
- A multa será aplicada até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor das Ordens de Fornecimentos, e poderá descontada dos pagamentos devidos pela Administração, ou cobrada diretamente da empresa, amigável ou judicialmente.
- As sanções previstas neste edital somente serão aplicadas através de regular processo administrativo, observadas as garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

11.8. Da aplicação das penalidades caberá recurso ou pedido de reconsideração, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

11.9. Será aplicada ao CONTRATADO suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Municipal.

11.10. Até 01 (um) ano nos casos em que a inadimplência acarretar prejuízos para a Administração.





PREFEITURA MUNICIPAL DE OUROLÂNDIA

000215

CNPJ: 16.444.150/0001-24

Avenida José Ferreira da Silva, s/n, Centro,

CEP: 44.718-000 - Ourorândia - Bahia.

Tel.: (0**74) 36812250

11.11. Esgotados todos os prazos de execução do objeto do contrato que tiverem sido concedidos pela autoridade contratante, a contratada ficará automaticamente impedida de participar de novas licitações enquanto não ressarcir os danos causados à Administração Pública Municipal ou cumprir a obrigação antes assumida, sem prejuízo de outras penalidades.

11.12. As multas previstas neste Edital poderão, a critério da Administração, serem aplicadas isoladas ou conjuntamente com outras sanções, após prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório constitucionais, a depender do grau da infração cometida pela CONTRATADA.

11.13. Quando aplicadas, as multas deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis ou serem deduzidas do valor correspondente ao valor dos fornecimentos, após prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório ou, ainda, cobradas judicialmente, a critério da Administração.

11.14. Os danos e prejuízos serão ressarcidos à contratante no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado da notificação administrativa à contratada, sob pena de multa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DA SUPERVISÃO, FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

12.1. A Supervisão e fiscalização do objeto desta licitação ficarão a cargo da Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças. Uma vez que o responsável pela fiscalização dos serviços avalie o mesmo como de baixa ou má qualidade pode recusar-se a receber o determinado serviço. O prestador de serviço deverá substituir o produto por um de boa/ alta qualidade.

12.2. A forma de execução do objeto será de forma parcelada, de acordo a necessidade das secretarias municipais e iniciará mediante ordem de serviço e especificações do Termo de Referência.

12.3. A supervisão e fiscalização dos serviços ficará a cargo das gestoras dos contratos e do fiscal do contrato conforme segue: como Gestora respectivamente a Sra. Dulcinea Pinto de Oliveira Silva, matrícula nº 24442, inscrita no CPF sob o nº 686.615.925-34 para o contrato gerido pela Administração Geral, a Sra. Amanda Cardoso de Souza, matrícula nº 24474, inscrita no CPF sob o nº 095.635.384-39, para gerir o contrato do Fundo Municipal de Assistência Social, a Sra. Josicleá Rebouças da Silva Melo, matrícula nº 24441, inscrita no CPF sob o nº 023.562.214-17, para gerir o contrato do Fundo Municipal de Saúde e como fiscal dos referidos contratos o Chefe de Transportes Municipal o Sr. Givanício Cavalcante de Lima, matrícula nº 24705, inscrito no CPF sob o nº 952.214.845-87.

12.4. Não obstante a futura empresa contratada seja a única e exclusiva responsável pela prestação de serviços dos itens objeto deste procedimento, a Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças, é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por prepostos designados.

12.5. O recebimento dos itens objeto da futura aquisição se dará em caráter provisório, inicialmente, pela Comissão ou servidor encarregado para este fim, até a verificação da conformidade dos fornecimentos com as especificações no prazo de até 03 (três) dias úteis, quando será emitido o termo de recebimento definitivo, quando for o caso.

12.6. Por ocasião dos fornecimentos, caso seja detectado que os mesmos não atendem às especificações técnicas do objeto licitado, poderá a Administração rejeitá-lo, integralmente ou em parte, obrigando-se a Licitante a providenciar a substituição dos itens não aceitos no prazo máximo de 03 (três) dias.

12.7. Competirá ao Contratante, proceder ao acompanhamento da execução do contrato, bem assim receber o objeto, competindo ao servidor ou comissão designados, primordialmente:

- a) Anotar, em registro próprio, as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando as providências necessárias à correção das falhas ou defeitos observados;
- b) Transmitir ao contratado instruções e comunicar alterações de prazos e cronogramas de execução, quando for o caso;
- c) Dar imediata ciência as seus superiores e ao órgão central de controle, acompanhamento e avaliação financeira de contratos e convênios, dos incidentes e ocorrências da execução que possam acarretar a imposição de sanções ou a rescisão contratual;
- d) Adotar, junto a terceiros, as providências necessárias para a regularidade da execução do contrato;
- e) Promover a verificação da execução já realizada, emitindo a competente habilitação para o recebimento de pagamentos;
- f) Fiscalizar a obrigação da contratada de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como o regular cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias;
- g) Solicitar da Contratada, a qualquer tempo, a apresentação de documentos relacionados com a execução do contrato.





PREFEITURA MUNICIPAL DE OUROLÂNDIA 000216

CNPJ: 16.444.150/0001-24

Avenida José Ferreira da Silva, s/n, Centro,

CEP: 44.718-000 - Ourolândia - Bahia.

Tel.: (0**74) 36812250

12.8. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do contratante, não eximirá a contratada de total responsabilidade na execução do contrato.


CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. As partes elegem, com renúncia expressa a qualquer outro, o Foro da Comarca de Jacobina, Estado da Bahia, para submeter o presente Contrato, obrigando ao seu integral cumprimento seus herdeiros e sucessores, a qualquer título. E, por estarem, assim, justos e acordados, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma para uma só finalidade, afim de que possam produzir os seus devidos e legais efeitos.

Ourolândia - Bahia, 27 de fevereiro de 2020.

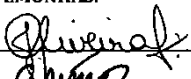
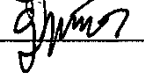

JOÃO DANTAS DE CARVALHO
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE


AMANDA CARDOZO DE SOUZA
GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
CONTRATANTE


JOSICLEA REBOUÇAS DA SILVA MELO
GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATANTE


BIA TRANSPORTES E LIMPEZA EIRELI
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1º  CPF: 066.310.995-79
2º  CPF: 004.287.055-64

